

18/março/2022

À: Monte Rodovias S.A.

À atenção dos(as) Acionistas e Administradores(as)

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas nº 2239Q-018-PB

Prezados(as) senhores(as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Monte Rodovias S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020	18

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Procedimentos arbitrais – Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CBN e a CRA, controladas da Companhia, são partes de procedimentos arbitrais conduzidos pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerentes o Consórcio Construtor BA-093 e o Consórcio *Expressway*, que teve como objetivo de dirimir conflitos originados dos contratos de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, com alegação de custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de construção.

Com relação ao processo arbitral movido pela CBN, este encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Com relação ao processo arbitral movido pela CRA, em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido, em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Até a presente data aguarda-se decisão a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA.

De acordo com o contrato de compra e venda da CBN e da CRA pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN e à CRA, os vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN e a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é **(i)** sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN e à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN e CRA. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Valores correspondentes a períodos comparativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020 e adquiriu sua controlada direta, a Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”), em 16 de outubro de 2020. Desta forma, os saldos nos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Receitas de pedágio (Notas Explicativas nºs 2.20 e 19)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas de pedágios das controladas da Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização das rodovias pelos usuários. O processo de reconhecimento dessas receitas é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros aspectos complexos que podem afetar seu reconhecimento. Como consequência, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria devido às receitas de pedágios, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia de informação das controladas da Companhia, terem requerido a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes de integridade no ambiente de tecnologia da informação, objetivando atestar a suficiência e adequação para suportar o processo de captura, processamento, reconhecimento e divulgação das receitas de pedágios.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de pedágios, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo. Realizamos também testes de detalhes nas respectivas transações e testes nas reconciliações fornecidas pelas controladas da Companhia e avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as respectivas informações relevantes. Com base no resultado dos efetuados, consideramos que as de receita de pedágios, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Ativo intangível – reconhecimento do custo e avaliação do valor recuperável (Notas Explicativas nºs 2.14 e 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme apresentado na Notas Explicativas nºs 2.14 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia reconhece ativo intangível referente aos gastos com recuperações, construções e melhorias realizados nos trechos rodoviários sob concessão decorrentes dos contratos de concessão de duas controladas (cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.376.772 mil). Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento aos contratos de concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que os contratos de concessão não transferem à Companhia e suas controladas o direito de controlarem o uso da infraestrutura de serviços públicos. Adicionalmente, considerando a geração recorrente de prejuízos e conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, a administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível no referido período.

O reconhecimento desses gastos como ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 2.1 e nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Além disso, tendo em vista que as estimativas e projeções utilizadas na avaliação do valor recuperável estão intrinsecamente sujeitas às incertezas e aos eventos ou fatores além do controle da administração (especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros que podem trazer impactos significativos na perspectiva de realização do ativo intangível), a relevância dos valores envolvidos e do nível de julgamento requerido para a identificação, valorização, registro e estimativa do prazo de amortização, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e valores capitalizados como ativo intangível (bem como testes de recálculo da amortização e avaliação das premissas utilizadas para a determinação dos respectivos prazos de amortização). Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira: **(i)** revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo de recuperação econômica e avaliamos se os dados considerados no estudo eram razoáveis e suportados de acordo com as práticas de mercado observáveis; **(ii)** revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas em estudos anteriores e o respectivo desempenho em comparação com o resultado efetivamente obtido; e **(iii)** avaliamos as premissas utilizadas na estruturação dos fluxos de caixa projetados e a razoabilidade da taxa de desconto utilizada no modelo econômico-financeiro preparados pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos do ativo intangível, respectivos valores recuperáveis e respectivas divulgações no período apresentado estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas Explicativas nºs 2.16, 12 e 13)

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante eram de R\$ 16.917 mil e R\$ 657.368 mil, respectivamente, e o saldo de debêntures no valor de R\$ 281.338 mil, reconhecido no passivo não circulante.

Devido à representatividade dos saldos em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto e necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) por parte da Companhia e de suas controladas que, se não cumpridas, poderiam ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos (incluindo adições, amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com relação às cláusulas contratuais e restritivas, bem como análise das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos de empréstimos e financiamentos, assim como as respectivas classificações e divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2022



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	ATIVO				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	29	1	119.912	12
Contas a receber	9	-	-	13.415	-
Tributos a recuperar	-	-	-	878	-
Despesas antecipadas	-	90	-	1.087	-
Dividendos a receber	-	22.000	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	388	-
Total do ativo circulante		<u>22.119</u>	<u>1</u>	<u>135.680</u>	<u>12</u>
Ativo não circulante					
Fundos restritos	8	-	-	37.912	-
Depósitos judiciais	-	-	-	26.484	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	272	-
Outros ativos	-	-	-	708	-
Investimentos	10	622.249	-	7.363	-
Imobilizado	-	-	-	3.995	-
Intangível	11	-	-	1.376.772	-
Direito de uso	14	-	-	5.445	-
Total do ativo não circulante		<u>622.249</u>	<u>-</u>	<u>1.458.951</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>644.368</u>	<u>1</u>	<u>1.594.631</u>	<u>12</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	16.917	-
Debentures	13	-	-	3.131	-
Fornecedores	-	4	-	14.312	81
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	5.760	-
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	1	-	4.001	3
Arrendamentos	14	-	-	1.554	-
Provisão de conserva especial	16	-	-	2.833	-
Outras obrigações	17	-	-	23.511	-
Total do passivo circulante		5	-	72.018	84
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	657.368	-
Debentures	13	92.439	-	281.338	-
Arrendamentos	14	-	-	5.603	-
Provisão para contingências	15	-	-	4.646	-
Provisão de conserva especial	16	-	-	11.258	-
Provisão para perdas em investimento	10	-	82	-	-
Partes relacionadas	25	25	51	-	51
Outros passivos	-	-	-	10.500	9
Total do passivo não circulante		92.464	133	970.113	60
Patrimônio líquido					
Capital social	19	472.264	1	472.265	1
Reservas de lucro	19	79.635	(133)	79.635	(133)
Total do patrimônio líquido		551.899	(132)	551.900	(132)
Total do passivo e patrimônio líquido		644.368	1	1.594.631	12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021</u>	<u>1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021</u>	<u>14 de julho a 31 de dezembro de 2020</u>	<u>16 de outubro a 31 de dezembro de 2020</u>
Receita líquida de serviços	20	-	151.102		
Receita de construção	20	-	28.609		
Receita líquida		-	179.711	-	-
Custo dos serviços prestados	21	-	(61.075)		
Custo de construção	21	-	(28.324)		
Lucro bruto		-	90.312	-	-
Ganho por compra vantajosa	4	-	113.242		
Gerais e administrativas	22	(836)	(39.820)	(133)	(69)
Resultado de equivalência patrimonial		92.895	-		
Outras receitas (despesas) operacionais	10		634		
Lucro (prejuízo) operacional		92.059	164.369	(133)	(69)
Receitas financeiras	23	3	4.579		
Despesas financeiras	23	(12.294)	(55.964)		
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social		79.768	112.984	(133)	(69)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(1.583)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	(31.632)		
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício e período		79.768	79.768	(133)	(69)
Lucro (prejuízo) por ação (em Reais)		<u>247,57</u>	<u>247,57</u>	<u>(132,88)</u>	<u>(69,34)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	14 de julho a 31 de dezembro de 2020	16 de outubro a 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício e período	<u>79.768</u>	<u>79.768</u>	<u>(133)</u>	<u>(69)</u>
Total do resultado abrangente do exercício e período	<u>79.768</u>	<u>79.768</u>	<u>(133)</u>	<u>(69)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Reserva legal	Reservas de lucro a realizar	Reserva de lucros a destinar	Total
Aumento de capital em 14 de julho de 2020	19	1		-	-	-	1
Prejuízo do período	-	-	(133)				(133)
Em 31 de dezembro de 2020		1	(133)	-	-	-	(132)
Aumento de capital em 26 de abril de 2021	19	100.627		-	-	-	100.627
Aumento de capital em 28 de abril de 2021	19	370.436		-	-	-	370.436
Aumento de capital em 09 de julho de 2021	19	1.200		-	-	-	1.200
Lucro líquido do exercício	-	-	79.768			-	79.768
Constituição de reserva legal			(3.982)	3.982			-
Constituição de reserva de lucro a realizar			(18.980)		18.980		-
Destinação das reservas estatutárias			(56.674)			56.674	-
Em 31 de dezembro de 2021		<u>472.264</u>	<u>0</u>	<u>3.982</u>	<u>18.980</u>	<u>56.674</u>	<u>551.900</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021</u>	<u>1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021</u>	<u>14 de julho a 31 de dezembro de 2020</u>	<u>16 de outubro a 31 de dezembro de 2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição social		79.768	112.984	(133)	(69)
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício e período das operações continuadas					
Margem de construção	-	-	(283)		
Depreciação e amortização	-	-	23.626		
Juros e variações monetárias, líquidas	-	11.835	47.435		
Juros Capitalizados	-	-	(297)		
Apropriação do custo de captação	-	-	649		
Apropriação de receita de juros	-	-	(923)		
Provisão para contingências	-	-	2.724		
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	-	37		
Provisão para conserva especial	-	-	3.708		
Baixa do imobilizado e intangível	-	-	(1.150)		
Resultado de equivalência patrimonial	10	(92.813)	0		
Ganho por compra vantajosa	4	-	(113.242)		
Lucro (prejuízo) ajustado das operações		(1.210)	75.268	(133)	(69)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber	-	-	569		
Despesas antecipadas	-	(90)	1.189		
Tributos a recuperar	-	-	(12)		
Depósitos judiciais	-	-	(1.019)		
Outros ativos	-	-	392		
Fornecedores	-	3	(19.810)		28
Obrigações tributárias	-	1	(166)		
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(621)		
Partes relacionadas	-	(27)	569	51	51
Provisão para perdas em investimentos	10	(82)	(82)	82	
Outros passivos	-	-	14.054		
Juros pagos	-	-	(40.991)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.405)	29.340	0	11
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicação financeira	-	-	3.476		
Contas vinculadas	-	-	13.360		
Investimentos realizados	-	(81.972)	(77.222)		
Adições ao intangível	-	-	(27.694)		
Adições líquidas ao imobilizado	-	-	(1.569)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(81.972)	(89.649)	0	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(153.288)		
Partes relacionadas	-	-	1.000		
Aumento de capital social	-	2.800	2.800	1	1
Utilização (adição ao) do fundo restrito	-	-	(835)		

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	14 de julho a 31 de dezembro de 2020	16 de outubro a 31 de dezembro de 2020
Nota				
Baixas de arrendamento	-	-		(1.106)
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	-	80.605		272.634
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	83.405	121.205	1	1
Efeito de caixa das empresas adicionadas na consolidação	-	59.005	-	(0)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	28	119.901	1	12
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício e período	1	12	-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício e período	<u>29</u>	<u>119.913</u>	<u>1</u>	<u>12</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>1 de janeiro a</u>	<u>1 de janeiro a</u>	<u>14 de julho a</u>	<u>14 de julho a</u>
	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>
	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>
	<u>de 2021</u>	<u>de 2021</u>	<u>de 2020</u>	<u>de 2020</u>
Receitas				
Receita de serviços	-	165.586	-	126.226
Receita de construção ICPC 01-R1	-	28.609	-	27.985
	-	194.195	-	154.211
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	-	(32.864)	-	(32.983)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	(28.325)	-	(27.707)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(833)	(14.633)	(358)	5.128
Valor adicionado bruto	(833)	118.373	(358)	98.649
Depreciação e amortização	-	(23.623)	-	(8.877)
Apropriação de seguros	-	(1.383)	-	(581)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(833)	93.367	(358)	89.191
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	-	4.604	-	3.531
Resultado de Equivalência Patrimonial	92.895	-	33.882	-
Outros	-	113.811	-	569
Valor adicionado total a distribuir	92.062	211.782	33.524	93.291
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	23.700	-	17.624
Remuneração direta	-	14.585	-	10.973
Benefícios	-	7.991	-	5.764
FGTS	-	1.124	-	889
Impostos, taxas e contribuições	-	57.057	-	15.674
Federais	-	48.236	-	8.905
Estaduais	-	1	-	1
Municipais	-	8.820	-	6.768
Remuneração de capitais de terceiros	12.294	55.304	9.532	40.048
Juros	12.294	53.522	9.532	38.940
Aluguéis	-	373	-	532
Outras	-	1.409	-	576
Remuneração de capitais próprios	79.768	75.721	23.992	19.945
Prejuízo do exercício e período	79.768	75.721	23.992	19.945
Valor adicionado distribuído	<u>92.062</u>	<u>211.782</u>	<u>33.524</u>	<u>93.292</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social da Companhia foi alterada para Monte Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Monte Rodovias”).

A Monte Rodovias tem como objeto social: Holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cia aberta categoria A perante a CVM. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

1.1. Transações e eventos societários relevantes que impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (combinação de negócios)

a) **Integralização de capital com ações da Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e aquisição de controle**

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento devido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

b) **Aquisição do controle da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)**

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

c) **Aquisição do controle da Concessionária Rotas dos Coqueiros S.A. (“CRC”)**

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

1.2. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais.

1.3. Principais medidas e impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19)

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela Covid-19, ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução, tem expectativa de tendência de redução na sua receita de pedágios, devido à queda no volume de tráfego das rodovias. No decorrer do ano de 2021 a Companhia registrou forte recuperação do tráfego em relação a 2020, atingindo patamar superior a 2019, período pré-pandemia. Isso ocorreu devido principalmente ao reaquecimento da economia em função das políticas de incentivo a combate a pandemia e o avanço da vacinação nos estados e municípios, reduzindo as restrições impostas no ano de 2020.

Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa (“home office”) e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco, estagiários e aprendizes; **(ii)** a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; **(iii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(v)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(vii)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

Quanto aos usuários, além da colocação de mensagens de apoio e orientação em painéis ao longo das rodovias, foram implementados pontos de apoio aos usuários, visando, dentre outras ações, aferição de temperatura corporal, higienização das cabines dos caminhões, orientações de prevenção, distribuição de kits com álcool gel, luvas, máscaras e produtos de higiene.

A Administração permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de assegurar o caixa necessário para manutenção das operações das suas Controladas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos sócios da Companhia.

A Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020. Desta forma, os saldos apresentados nos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas.

A Companhia adquiriu sua Controlada direta Verona em 16 de outubro de 2020. Desta forma, os saldos apresentados nos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas.

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2022.

2.2. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas (denominadas em conjunto de Grupo).

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no
			capital social (%)
			31/12/2021
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00

2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

2.5. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

2.6. Segmentos operacionais

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia e de suas controladas.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 7).

2.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 9).

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

2.9. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.10. Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas, além de processos cíveis e trabalhistas.

2.11. Partes relacionadas

Na Controladora, o saldo de mútuos foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 24).

2.12. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.13. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/ exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14. Intangível

2.14.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 11).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – “Custos de empréstimos”.

2.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.17. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Grupo constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 18).

2.20. Reconhecimento da receita

As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.21. Normas novas e pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021 e seguintes

As normas contábeis descritas a seguir tem sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- **IAS 39/CPC 38, IFRS 7/CPC 40 (R2) e IFRS 9/CPC 48 Reforma da taxa de juros de referência:**
A partir de 1 de janeiro de 2021 tratam da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London Interbank Offered Rate* (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021;

- **IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** A partir de 1 de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração.
- **Imobilizado:** receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Classificação do passivo em circulante ou não circulante:** (alterações ao CPC 26/IAS 1) – a partir de 1º de janeiro de 2023;
- **IFRS 17 - Contratos de seguros:** a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia e suas controladas esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir:

a) **Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)**

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18.

c) Reconhecimento de margem da receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, as Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão para as Controladas CBN e CRC e, linearmente no caso da CRA pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura (concessão nova). A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo de cada Controlada, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão e com base na vida útil dos contratos, levando em consideração suas particularidades.

e) Provisões para passivos contingentes

A Companhia e suas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Combinação de negócios na controlada

Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.523	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.231
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.658	119.413	52.486	45.708	363.073	90.598	110.366
Total da contraprestação							370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)							7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa							-	48.927	64.315

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11.
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*
- (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o reperfilamento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

5.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela abaixo demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% A.A.	521	337	218	115
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	2.117	1.675	1.510	6.891
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	915	715	634	2.391
Desenhahia-CBN	CDI + 3%	2.541	1.641	970	601
Debêntures - CRC	CDI + 3,95%	5.774	4.224	2.902	3.116
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	20.570	18.134	17.698	170.490
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% A.A.	14.803	12.210	11.955	57.331

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,3%	5,8%	5,7%	5,3%	5,3%	5,3%
CDI (*)	11,8%	9,3%	7,5%	6,8%	6,8%	6,8%
IPCA (*)	5,5%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Fev./2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,37%	9,1%	10,9%
CDI (*)	11,8%	14,7%	17,6%
IPCA (*)	5,5%	6,9%	8,3%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2021 a 2026 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	521	601	679
Desebahia- CBN	2033	Alta da TJLP	915	1.070	1.222
Desebahia - CBN	2034	Alta da TJLP	2.117	2.474	2.825

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Desebahia - CBN	2026	Alta do CDI	2.541	3.013	3.474
Debentures – CRC	2026	Alta do CDI	5.774	6.774	7.751

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Debêntures – Monte Rod	2031	Alta do IPCA	14.803	16.309	17.878
Debêntures – CRA	2036	Alta do IPCA	20.570	22.894	25.217

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos à essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de dezembro de 2021.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos	12	674.285
Debêntures	13	284.469
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(119.912)
(-) Aplicações financeiras - fundos restritos	8	(37.912)
Dívida líquida		800.930
Total do patrimônio líquido		551.900
Total do capital próprio e de terceiros		1.352.829
Índice de alavancagem financeira - %		59%

6.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	31/12/2021 Mensurados ao custo amortizado
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	7	119.912
Fundos restritos	8	37.912
Contas a receber	9	13.415
Outros ativos	-	1.094
Total		172.33
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	12	674.285
Debêntures	13	284.469
Fornecedores	-	14.312
Arrendamentos	14	7.157
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	39.371
Total		1.019.594

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	18	1	13.169	2
Aplicações financeiras (a)	11	0	106.743	10
Total	29	1	119.912	12

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 37.912, registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 12), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

9. Contas a receber

	Consolidado
	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	10.067
Vale pedágio	403
Demanda de risco	134
Receitas acessórias	852
Outros	2.213
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(120)
Total	13.549
Ativo circulante	13.415
Ativo não circulante	134

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

	Consolidado
	31/12/2021
Movimentação da PECLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	279
(+) Adições	76
(-) Baixas	(235)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	120

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

10. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Verona	644.249	(82)

a) Informações acerca das investidas:

	31/12/2021					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Verona	551.286.324	100	693.550	49.301	644.249	92.814
CRC	26.150.154	100	82.197	45.901	36.296	(1.815)
CRA	141.438.908	100	330.234	260.480	69.753	5.094
CBN	367.759.706	100	1.001.050	732.875	268.175	24.514

	31/12/2021					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Verona	51.000	100,00	11	93	(82)	(133)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2020	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2021	
Verona	100%	-	82	200	92.895	- 22.000	551.235	622.248

Investidas	Participação	Saldo em 16/10/2020	Equivalência patrimonial	Impairment (a)	Saldo em 31/12/2020
Verona	100%	51	(133)	-	(82)
Ágio (a)		64		(64)	-
Total		115	(133)	(64)	(82)

(a) Refere-se ao valor apurado na aquisição das ações da Verona (cessão onerosa) em 16 de outubro de 2020, e que foi tratado como *goodwill*. Considerando a natureza de *goodwill*, a Administração registrou a perda ao valor recuperável do ativo (*Impairment*), que contempla o ajuste do *goodwill* na data de aquisição pelo método da equivalência patrimonial no montante de R\$ (13).

11. Intangível

	31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em infraestrutura			
Direito de concessão - mais valia	217.608	(5.721)	211.887
Edifícios e instalações	250.017	(42.940)	207.077
Direito de concessão de serviços públicos	275.419	(65.826)	209.593
Pavimentações e conservação especial	836.943	(272.628)	564.315
Demais melhorias e ampliações	71.163	(22.958)	48.205
Hardware e equipamentos de pedágio	34.967	(15.124)	19.843
Desapropriações	52.823	(5.994)	46.829
Máquinas e equipamentos	16.794	(10.101)	6.693
Bens de direito de uso - Veículos	3.207	(2.458)	749
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(10.645)	36.366
Móveis e utensílios	521	(314)	207
Obras em andamento	17.988	-	17.988
Total	1.824.461	(454.709)	1.369.752
Outros intangíveis			
Softwares adquiridos de terceiros	3.761	(1.387)	2.374
Direito de uso	-	-	-
Adiantamento a fornecedores e outros	4.646	-	4.646
Total	8.407	(1.387)	7.020
Total	1.832.868	(456.096)	1.376.772

Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	Consolidado 31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	986.906
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	271.151
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	113.896
(+) Adições	27.033
(-) Baixas	(41)
(-) Amortizações	(21.476)
(+/-) Transferências	(697)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.376.772

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

12. Empréstimos e financiamentos

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado 31/12/2021
BNB (i)	CBN	2032	R\$	10% a.a.	243.996
BNB (ii)	CBN	2035	R\$	8,24% a.a.	184.507
BNB (iii)	CBN	2033	R\$	2,94% a.a.	171.456
BNB (iv)	CBN	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	5.427
Desenbahia (v)	CBN	2034	R\$	TJLP + 3% a.a.	31.412
Desenbahia	CBN	2031	R\$	10% a.a.	19.404
Desenbahia (vi)	CBN	2026	R\$	DI + 3% a.a.	19.223
Custos de captação			R\$		(1.140)
Total					674.285
Passivo circulante					16.917
Passivo não circulante					657.368

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 6 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;
- (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato;

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

- (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança cooperativa;

c) Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021.

- (i) Na CBN as Cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021.

Movimentação	Consolidado
	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	681.162
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	104.762
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	40.010
(+) Captação	-
(+) Juros incorridos	33.022
(-) Juros pagos	(40.991)
(-) Amortizações	(153.288)
(+) Custos da transação	50
(+/-) Transferências	9.557
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócio em 30 de abril de 2021.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado
	31/12/2021
2022	61.402
2023	95.478
2024	100.848
2025	100.368
2026 em diante	299.272
Total	657.368

13. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora	Consolidado
					31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021
Debentures - IPCA	Monte Rodovias	2027	R\$	IPCA + 10,5% a.a	92.439	92.439
Debentures - IPCA	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a		160.000
Debentures - CDI	CRC		R\$	CDI + 3,95%		40.000
					92.439	292.439
Custo de captação					-	(7.971)
Total					92.439	284.469
Passivo circulante					-	3.131
Passivo não circulante					92.439	289.308

(i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora

("Companhia") e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);

- (ii) Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos **(i)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e **(ii)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em tempos ("Dívidas BNB"), e **(b)** para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia").
- (iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas ("covenants")

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021.

- (i)** Na CRC os índices financeiros medidos anualmente são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado, Dívida Bruta máxima e Caixa mínimo foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021.
- (ii)** Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

Movimentação	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
(+) Captação	80.605	272.634
(+) Juros incorridos	11.834	13.635
(-) Juros pagos	-	(1.800)
(-) Amortizações	-	-
(+) Custos da transação	-	-
(+/-) Transferências	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	284.469

Prazos de vencimento	31/12/2021
2022	4.581
2023	9.883
2024	12.349
2025	15.696
2026 em diante	242.023
Total	284.469

14. Arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 6,1% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.

Direito de uso

Movimentação	Consolidado
	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	4.877
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	1.001
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	205
(+) Adições	3.926
(-) Amortizações	(4.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.445

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

Passivo de arrendamento

	Consolidado
	31/12/2021
Passivo circulante	1.554
Passivo não circulante	5.603
Total	7.157

Movimentação	Consolidado
	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	7.120
Aquisição combinação de negócios - CRA (b)	1.067
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	66
(+) Adições	984
(+) Apropriação de juros	433
(-) Baixas	(2.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.157

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 10,06% a.a. para o período de 01/01/21 a 31/12/21 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Passivo de arrendamento
	Consolidado 31/12/2021
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	7.157
Despesa financeira	(433)
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	7.877
Despesa financeira	(477)

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

	Consolidado
	31/12/2021
Cíveis	4.060
Trabalhistas	586
Total	4.646

Movimentação	Consolidado
	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição combinação de negócios - CBN (a)	2.335
Aquisição combinação de negócios - CRC (b)	1.039
Movimentação do período	1.272
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.646

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

(b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 10.812.

16. Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava saldo de R\$ 14.091 (R\$ 2.833 no passivo circulante e R\$ 11.258 no passivo não circulante) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

- (i) R\$ 8.755 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente os últimos 5 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses; e
- (ii) R\$ 2.503 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses.
- (iii) R\$ 2.833 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

17. Outras obrigações

	Consolidado
	31 de dezembro de 2021
Cotas de FIDC a pagar (a)	18.134
Outras obrigações (b)	5.377
Total	23.511

(a) Obrigação referente a cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, adquiridas em 28 de dezembro de 2021, a serem pagas em 30 de abril de 2022.

(b) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

18. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado
	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	54.715
Margem de construção e outras diferenças temporárias	(15.941)
Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios	(38.502)
Ativo diferido líquido	272

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro abaixo:

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2022	159	537	3.601	4.297
2023	218	515	3.862	4.595
2024	469	293	4.782	5.544
2025	660	747	5.502	6.909
2026 em diante	1.210	27.891	4.269	33.370
Total	2.716	29.983	22.016	54.715

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado
	31/12/2021
IR/CSSL diferido sobre ganho por compra vantajosa	(38.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - outros	6.870
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(31.632)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações).

Em 22 de novembro de 2021, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado com a mesma quantidade de ações (1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 1.600. Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do AFAC realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400.

Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante a integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4).

Em 09 de julho de 2021 foram subscritas 1.200.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.200, as quais foram totalmente integralizadas, parte delas como conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400.

b) Reservas legal e de lucros

**31 de dezembro
de 2021**

Lucro líquido do exercício	79.768
Compensação de prejuízos acumulados	(133)
Base de cálculo da reserva legal	79.635
Constituição da reserva legal - 5% (i)	(3.982)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	75.653
Reserva de lucros a realizar (ii)	(18.913)
Reserva de recompra de ações e de investimento (iii)	(56.740)

- (i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- (ii) Após compensação de prejuízos acumulados e destinação para reserva legal, o lucro do exercício a destinar foi de R\$ 75.635. Conforme previsto no seu estatuto social, a Companhia deve destinar 25% como dividendos obrigatórios. Porém, a totalidade do resultado advém de resultados de equivalências patrimoniais e, conseqüentemente, estão sendo tratados como lucros não realizados nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, e a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.. Portanto, o montante de R\$ 18.980 mil que corresponderia aos 25% de dividendos obrigatórios foram destinados a reserva de lucros a realizar para que sejam adicionadas aos primeiros dividendos a serem distribuídos quando esta parcela de lucro for realizada.
- (iii) Conforme previsto no seu artigo 40 no seu Estatuto Social, a Companhia destinou o saldo remanescente do seu lucro líquido do exercício para Reserva Recompra de Ações e de Investimento. Esta Reserva é destinada a: (a) recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas; (b) financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, inclusive por meio de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

20. Receitas

**Consolidado
31/12/2021**

Receita de construção	28.609
Receitas de pedágio	160.094
Demanda de risco	1.518
Receitas acessórias	3.989
Impostos e contribuição sobre serviços	(14.482)
Outras deduções	(18)
Receita líquida	179.711

21. Custos

	Consolidado
	31/12/2021
Custos com pessoal	(16.327)
Serviços de terceiros	(14.676)
Depreciação e amortização	(17.598)
Material, equipamentos e veículos	(3.207)
Provisão de conserva especial	(2.851)
Outros custos	(6.416)
Custo de construção (a)	(28.324)
Total	(89.399)

(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e O CPC 05.

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	01/01 a	01/01 a	14/07 a	16/10 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Despesas com pessoal	-	(12.608)	-	-
Serviços de terceiros	(231)	(16.808)	-	-
Gastos gerais e administrativos	(605)	(4.375)	-	(69)
Depreciação e amortização	-	(6.029)	-	-
Total	(836)	(39.820)	-	(69)

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Descontos obtidos	-	23
Rendimentos de aplicação financeira	3	3.227
Juros de contrato de mútuo	-	-
Atualização monetária	-	1.031
Outras receitas financeiras	-	298
Receitas financeiras	3	4.579
Juros de empréstimos	(11.834)	(33.022)
Juros de debentures	-	(13.636)
Juros de contrato de mútuo	-	-
Juros de contratos de arrendamento	-	(71)
Outras despesas financeiras	(459)	(9.235)
Despesas financeiras	(12.294)	(55.964)
Resultado financeiro, líquido	(12.291)	(51.385)

24. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>01/01 a</u>	<u>01/01 a</u>	<u>14/07 a</u>	<u>16/10 a</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/ 2020</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	79.768	79.768	(133)	(69)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	322.208	322.208	-	-
Lucro (prejuízo) por ação - Em Reais	247,57	247,57	(132,88)	(69,34)

25. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de R\$ 25 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2020).

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 4.859 (R\$ 3.207 em 31 de dezembro de 2020), referente à remuneração dos administradores.

	31/12/2021	31/12/2020
CBN	1.516	1.623
CRC	1.406	538
CRA	508	1.046
Verona	1.429	-
Monte Rodovias	-	-
Total	4.859	3.207

26. Contratos

a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos;
- Instalação de cabines de pedágio.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

27. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
Monte Rodovias			agosto-22		
CBN	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	agosto-22	setembro-22
CRC	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	setembro-22
CRA	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	
Cobertura					
Monte Rodovias			40.000		
CBN	250.000	40.000	40.000	39.484	110% tabela FIPE
CRC	100.000	40.000	40.000	679	1.000
CRA	140.500	40.000	20.000	37.035	

28. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022, a Companhia recebeu dividendos da sua controlada direta Verona em no valor de R\$ 21.200 mil.

Em 20 de Janeiro de 2022, a Companhia realizou o pagamento das debêntures emitidas em 14 de abril de 2021 no montante de R\$ 20.000, sendo R\$ 11.704 referente a amortização de principal, R\$ 6.901 referente a juros incorrido no período e R\$ 1.395 referente ao prêmio por pré-pagamento.

* * *